



RELATÓRIO E CONTAS

2024

Identificação da Entidade

Designação	Associação da Casa do Povo de Alvaiázere
Morada	Rua Professor José Augusto Martins Rangel, n.º 17
Código Postal	3250 – 186
Localidade	Alvaiázere

Dados da Entidade

Número de Identificação Fiscal (NIF)	500 919 925
Classificação de Atividade Económica (CAE)	94995
Conservatória	Alvaiázere
Fundo Social	0

Alvaiázere, março de 2025

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 – Relatório de Atividades de 2024	3
1. Lar Residencial na Área da Deficiência.....	3
1.1. Resposta Social – Lar Residencial.....	3
1.2. Equipa.....	4
1.3. Atividades Desenvolvidas no Lar Residencial.....	4
2. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	8
2.1. Resposta Social - CACI	8
2.2. Equipa.....	9
2.3. Atividades Desenvolvidas no CACI	9
3. Centro de Formação ACPA	11
4. Edifício Sede da Associação.....	11
5. Joia e Quotas	12
6. Angariação de Fundos	12
Capítulo 2 - Relatório de Gestão de 2024	13
Anexo 2024	17

Introdução

A Direção da Associação da Casa do Povo de Alvaiázere tem o prazer de apresentar o Relatório de Atividades e Contas referente ao ano de 2024.

O ano de 2024 foi um período de consideráveis desafios, especialmente devido ao aumento significativo dos custos, particularmente na área dos recursos humanos. A conjuntura económica global, marcada por conflitos internacionais, também impactou diretamente a nossa realidade. No entanto, apesar dessas adversidades, a nossa Associação manteve o seu compromisso com a comunidade e com os nossos utentes.

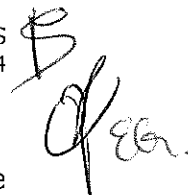
Paralelamente a essa situação, devemos destacar as dívidas ao fornecedor ODRAUDE, cuja resolução esperamos que se concretize entre 2025 e o início de 2026, sendo este um dos maiores desafios que a instituição tem enfrentado.

Em termos numéricos, contamos com 24 residentes no Lar Residencial e 30 utentes no Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), que continuam a beneficiar dos serviços e do apoio que proporcionamos com dedicação.

Um dos projetos em andamento da nossa Associação é o desenvolvimento de uma Residência para a Autonomização e Inclusão, com o objetivo de promover a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência. Este projeto representa um passo fundamental no fortalecimento da nossa missão e no apoio à integração das pessoas com necessidades especiais na comunidade.

No entanto, apesar dos nossos esforços, as várias candidaturas submetidas para a execução deste projeto foram indeferidas, o que tem dificultado a sua concretização. Reconhecemos que a implementação desta iniciativa é uma necessidade urgente para o nosso território, tendo em vista as dificuldades que alguns utentes enfrentam para se enquadrarem nos atuais serviços do CACI e no Lar Residencial.

Esses obstáculos, em grande parte, são causados pela falta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). Diante desta situação, a nossa proposta é alterar o foco do projeto, avançando com a reconstrução de algumas habitações existentes, que poderão ser adaptadas para receber os utentes de forma mais adequada, proporcionando um ambiente de maior autonomia e inclusão.



Neste momento de balanço, a Direção da Associação sente-se profundamente grata e reconhece a todas as entidades, colaboradores e amigos da Casa do Povo de Alvaiázere. A sua generosidade e apoio contínuos têm sido fundamentais para que, apesar das dificuldades, nunca tenhamos desistido do nosso propósito. É com grande orgulho que destacamos o imenso carinho da comunidade, que acredita na nossa missão e no impacto positivo dos projetos que realizamos para o concelho de Alvaiázere.

O apoio recebido tem sido essencial para continuar a nossa luta em tempos difíceis. Juntos, acreditamos que podemos fazer a diferença e melhorar a vida daqueles que mais precisam. A força e a união da nossa comunidade são, sem dúvida, o maior tesouro da nossa Associação.

CAPÍTULO 1 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2024

1. Lar Residencial na Área da Deficiência

1.1. Resposta Social – Lar Residencial

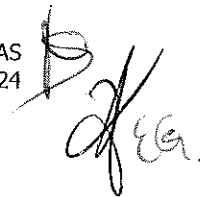
O Lar Residencial é uma estrutura de apoio residencial temporária ou permanente para pessoas com deficiência ou incapacidades, cujas famílias não apresentem condições para delas cuidar. É objetivo desta resposta social proporcionar a participação ativa do cliente na vida cultural e social da comunidade envolvente e na planificação e desenvolvimento de atividades lúdico-pedagógicas a fim de estimular as competências e capacidades de cada um, contribuindo desta forma, para a promoção de uma maior autonomia e bem-estar do cliente.

Esta resposta social tem capacidade para acolher permanentemente 24 clientes, sendo 4 vagas reservadas à Segurança Social (vagas cativas).

O Lar Residencial assume algumas condições de admissão inerentes ao ingresso do cliente na resposta social em causa e, dá especial enfoque aos candidatos residentes no concelho e na zona geográfica do centro e aos que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu seio familiar, com especial incidência para situações de isolamento e sem suporte familiar adequado. Note-se que, não serão descuradas situações de risco consideradas urgentes, que serão uma prioridade.

O Lar Residencial funciona, em dias úteis, das 17h às 9h (do dia útil seguinte) e ao fim de semana, feriados e períodos de férias da resposta CACI, de forma ininterrupta.

O Lar teve integrados ao longo do ano 24 utentes, com idades compreendidas entre os 18 e os 68 anos, com diversos graus de deficiência e dependência.



1.2. Equipa

A equipa é constituída por:

- 1 Diretora Técnica (Psicóloga)
- 1 Animadora Socio Cultural
- 1 Técnico Superior de Gestão (comum ao CACI)
- 3 Auxiliares de Serviços Gerais
- 9 Ajudantes de Ação Direta
- 1 Cozinheira
- 1 Ajudante de Cozinha


1.3. Atividades Desenvolvidas no Lar Residencial

O Plano de Atividades do Lar Residencial que foi apresentado na anterior assembleia foi maioritariamente cumprido, no entanto não foi possível cumprir na totalidade devido aos constrangimentos imprevisíveis numa casa com a dimensão e com as particularidades do nosso público-alvo.

Foram realizados alguns encontros informais entre a equipa da ação direta e a equipa técnica. Estes encontros/reuniões têm como objetivo de promover o relacionamento interpessoal, fundamental num grupo caracterizado pelo trabalho em turnos rotativos.

Assinalamos sempre os dias comemorativos mais significativos para os nossos residentes:

- 4ª Aniversário do Lar e CACI
- Carnaval;
- Dia da Mulher;
- Páscoa;
- Dia Internacional da Família;
- Halloween;
- Magusto;
- Dia da Deficiência;
- Natal;
- Ano Novo.



A par com todos estes dias em que foram feitas atividades relacionadas com o tema a comemorar ou assinalar, foram ainda realizadas outras atividades de lazer, física e de estimulação cognitiva, bem como música, arte e culinária.

Foi lançado também o boletim mensal "Nós por Cá", onde é publicado todas as atividades realizadas em cada mês e enviado às famílias.

Envolvemos nas festividades do concelho, como Festival da Juventude, FAFIPA, onde participámos nas marchas populares, no Festival Gastronómico do Chicharo e no FICA onde visitamos as tasquinhas, vimos concertos e exposições.

Visitámos as infraestruturas (Museu, Estádio Municipal e Parque Botânico da Mata do Carrascal) e cafés do concelho, ao fim de semana.

Relativamente a passeios fora do Concelho, estes foram os seguintes, de acordo com os meses:

Meses	Passeio	Local
Maio	GirAoSol – Festival de Música e Arte	Ansião
Julho	Batismo de Voo – Aeródromo de Leiria	Leiria
	Jogo de Futebol – Portugal x Malta (Navegadoras)	Leiria
	Espetáculo de Ballet – Palco dos Sentidos	Ansião
Setembro	Santuário de Fátima	Fátima
	Convento de Cristo	Tomar
	Festa de São Miguel	Penela
Outubro	Trail de Ladeia – Caminhada inclusiva	Alvorge
	Feira de Santa Iria	Tomar



Em relação aos dias comemorativos, foram realizadas as seguintes atividades:

Dias Comemorativos	Atividade
3 de fevereiro	4ª Aniversário do Lar e CACI
11 de fevereiro	Desfile Carnaval – Parque multiusos
8 de março	Dia da Mulher - Momento musical com Francisco Lopes
21 de março	Dia Internacional da Cor – “O Artista que pintou o cavalo azul”
31 de março	Fotopapper da Páscoa
1 de abril	Dia das mentiras
7 de abril	Dia Mundial da Atividade física – Caminhada pela Mata do Carrascal
14 de abril	Dia Mundial do Café – ida ao café do concelho
16 de abril	Dia Mundial da Voz – leitura de um poema
23 de abril	Dia Mundial do Livro – Realização de um livro com a técnica de dobragem
25 de abril	Dia da Liberdade - Arteterapia “O sonho comanda a vida”
15 de maio	Dia Internacional da família – II Encontro de Famílias
10 de julho	Dia da Pizza- Realização de pizzas para o jantar
27 de agosto	Dia Mundial do cão – vinda de um animal de estimação ao lar



27 de setembro	Dia Mundial do Turismo - Ida ao Convento de Cristo em Tomar.
31 de outubro	Dia das Bruxas - Festa de halloween
11 de novembro	Magusto – Encontro com as famílias no lar e lanche
3 de dezembro	Dia Internacional da Pessoa com deficiência – atividades no lar com comunidade
24 de dezembro	Véspera de Natal – Vinda do Pai Natal ao lar para entregar os presentes
31 de dezembro	Passagem de Ano – Festa

Todas as iniciativas e atividades feitas com e para os nossos residentes têm sempre em vista a sua realização pessoal e o incremento do sentimento de pertença a esta casa e a esta grande família do coração.

Nesta casa, tal como em todas as outras, há tarefas domésticas em que todos colaboram, principalmente ao fim de semana, sempre com o objetivo de fomentar o espírito de grupo e a envolvimento dos residentes na vida familiar.

Foi um ano em cheio em que todos fomos muito felizes nesta nossa grande casa.



2. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

2.1. Resposta Social - CACI

O Centro de Atividades e Capacitação para Inclusão da ACPA manteve a dinâmica de atividades, privilegiando a integração dos seus utentes em diversas atividades no exterior, realizadas com parceiros e promovidas também pelo próprio.

Os objetivos de intervenção do CACI e que serviram de base às atividades e dinâmicas foram: Criar condições que visem a valorização pessoal e a inclusão social de pessoas com deficiência; Desenvolver estratégias de promoção da autoestima e da autonomia pessoal e social, através do envolvimento e participação ativa dos/as próprios/as na definição das atividades a desenvolver; Promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e relacionais, tendo em conta o perfil, as aptidões, os interesses e necessidades das pessoas com deficiência, com vista a capacitar e maximizar as suas oportunidades de participação social e económica; Contribuir para o bem-estar emocional e social, através da qualificação das atividades desenvolvidas, no que diz respeito ao número, variedade e natureza, privilegiando as atividades focadas na singularidade de cada pessoa com deficiência, promovendo o seu bem-estar e qualidade de vida; Articular os processos de transição para programas de inclusão socioprofissional ou de reabilitação profissional; Desenvolver atividades e serviços centrados em facilitar/mediar percursos de aprendizagem e de inclusão, que possibilitem um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades; Fomentar a participação ativa das pessoas com deficiência, da respetiva família e/ou representante legal na definição do projeto de vida da pessoa com deficiência; Promover medidas e ações de capacitação e de aprendizagem ao longo da vida, observando a evolução das características individuais de cada destinatário, potenciando sempre a sua autonomia e inclusão; Dinamizar ações de inclusão na comunidade, que promovam a alteração das representações, dos valores e das atitudes da sociedade face às pessoas com deficiência, e a melhoria da sua qualidade de vida.

O CACI manteve o seu período de funcionamento, no horário das 9h às 17.30h, assegurando um horário mais alargado às famílias, em articulação com o Lar Residencial, sempre que necessário. Encerrou os dias 1 e 2 de agosto, para manutenção e limpeza, e no dia 24 de dezembro.



O CACI contou com a integração 30 utentes, com idades compreendidas entre os 22 e os 70 anos, com diversos graus de deficiência e dependência, sendo 24 residentes no Lar Residencial e 6 provenientes das suas residências no concelho de Alvaiázere e zona limítrofe.

2.2. Equipa

O CACI apresenta um quadro de Recursos Humanos de acordo com a legislação em vigor, sendo a equipa constituída a 31 de dezembro de 2024 por:

- 1 Psicólogo (em acumulação de funções de Diretor Técnico)
- 1 Técnico Superior de Serviço Social
- 1 Técnico Superior de Gestão (comum ao Lar Residencial)
- 1 Fisioterapeuta
- 1 Terapeuta Ocupacional
- 3 Monitores de Atividades Ocupacionais
- 3 Ajudantes de Ação Direta
- 1 Administrativo/ Motorista
- 1 Auxiliar de Serviços Gerais
- 1 Cozinheira
- 1 Ajudante de Cozinha

2.3. Atividades Desenvolvidas no CACI

O CACI, no ano de 2024, implementou o seu plano de atividades, promovendo a integração, o bem-estar, a melhoria de competências e autonomia dos seus beneficiários, destacando a realização, pelo segundo ano consecutivo da Colónia de Férias. A mesma decorreu na Praia de Santa Cruz, com um grupo de 11 utentes residentes no Lar Residencial, com parte dos custos a ser assegurada pelo Instituto Nacional para Reabilitação, através de candidatura realizada, e pelo apoio do Município de Alvaiázere. A realização destas férias na praia permitiu o envolvimento com a comunidade local, ficando alojados numa unidade hoteleira – Pousada da Juventude, onde realizavam as principais refeições e usufruíram da piscina. No decorrer das mesmas, tiveram a possibilidade de realizar a experiência de surf adaptado, demonstrando que não existem limitações.



Os ateliês dinamizados pelas monitoras, foram desenvolvidos ao longo do ano, de acordo com as potencialidades, gostos e competências de cada um dos utentes, sendo estes de expressão plástica, têxtil, expressão dramática/corporal, oficina de carpintaria, culinária, dança, música, hortofloricultura e leitura/escrita.

As atividades terapêuticas continuaram a assumir um papel preponderante na intervenção, de acordo com o Plano de Intervenção Individual, nomeadamente ao nível da fisioterapia, terapia ocupacional, complementadas com intervenção snoezelen, atividades terapêuticas na piscina, Boccia, atividade física e a intervenção psicológica. A complementaridade de todas as atividades e intervenções, permitiu desenvolver competências individuais, aumentar a autonomia, trabalhar a coordenação motora/mobilidade, a motricidade fina e as competências cognitivas.

Ao longo do ano de 2024 continuaram a ser realizadas diversas atividades pontuais, para assinalar dias temáticos e efemérides, sendo exemplo a participação no desfile de Carnaval promovido pelo Município de Alvaiázere, o dia dos afetos, o Halloween, entre outros.

Pelo segundo ano consecutivo a ACPA, com os utentes do CACI e Lar Residencial e a colaboração dos seus recursos humanos e direção, participou no desfile de marchas populares do Concelho de Alvaiázere, inserido na FAFIPA, revelando-se um momento de inclusão e integração em atividades da comunidade.

Ao longo do ano letivo 2023/2024, de janeiro a junho, foi realizada uma atividade de intercâmbio com o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere, com a dinamização da Oficina de Informática/ Leitura e Escrita, em que os alunos da turma do 12.º ano apoiavam um grupo de utentes, com algumas competências de leitura e escrita, na melhoria das mesmas e aquisição de competências de informática na ótica do utilizador, revelando-se uma mais-valia para todos os intervenientes.

As atividades dinamizadas no CACI e realizadas no exterior, em colaboração com as diversas entidades do Concelho, como o Município de Alvaiázere, o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere e a ETP Sicó, continuam a beneficiar os nossos utentes e a promover o seu bem-estar físico e psicossocial, promovendo uma inclusão ativa e determinante para o sentimento de pertença na comunidade.



3. Centro de Formação ACPA

A Associação da Casa do Povo de Alvaiázere é uma Entidade Creditada pela DGERT para ministrar formação nas seguintes áreas: 341 – Comércio, 621 – Produção Agrícola e Animal, 622 – Floricultura e Jardinagem, 762 – Trabalho Social e Orientação, e 811 – Hotelaria e Restauração.

A candidatura ao aviso “Qualificação de Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade” foi indeferida. No entanto, a Associação continua a analisar e aguardar novas oportunidades de candidaturas, com o objetivo de ministrar formação destinada às pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

4. Edifício Sede da Associação

O edifício que serve atualmente de Sede da Associação dispõe de 11 salas. A associação tem atualmente 6 salas arrendadas a empresas locais e 5 salas que se encontram disponíveis para arrendamento ou para novos projetos da ACPA.

Sala	Entidade/Empresa
1	
2	Para arrendar/novos projetos
3	
4	Marta Cruz
5	Vítor Teixeira
6	Luís Lopes
7	Natália Moreira
8	Funerária Maçanense
9	Ema Nunes
10	Para arrendar/novos projetos
11	Para arrendar/novos projetos

Tabela 1 – Afetação das Salas da Sede da Associação



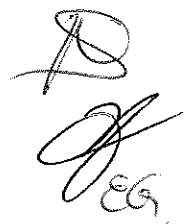
5. Joia e Quotas

A Direção manteve a campanha de angariação de sócios com isenção de joia de inscrição até à próxima Assembleia Geral.

6. Angariação de Fundos

A Associação marcou presença nos eventos "FAFIPA" e "Alvaiázere Capital do Chícharo" através de uma tasquinha, tendo sido angariados os valores de 2.255,60€ e 5.283,53€, respetivamente.

No âmbito da consignação de 0,5% do IRS, a Associação angariou cerca de 932,00€ no último ano. Assim, é nossa intenção continuar a apelar aos associados e à população para que voltem a consignar no momento da entrega da declaração do IRS.



CAPÍTULO 2 - RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2024

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

Vem o órgão de diretivo da entidade Associação da Casa do Povo de Alvaiázere, por remissão com o disposto nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentar aos Ex mos Sócios o Relatório de Gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, o Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo.

1. Evolução da atividade da entidade

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/24	31/dez/23	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	57.014	51.035	5.979	11,71%
Fornecimentos e serviços externos	92.100	120.315	-28.215	-23,45%
Gastos com o pessoal	586.110	570.080	16.030	2,81%
Gastos de depreciação e de amortização	119.415	117.065	2.350	2,01%
Perdas por imparidade	0	0	0	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0	0	0	0,00%
Provisões do período	0	0	0	0,00%
Outros gastos e perdas	2.001	2.231	-230	-10,31%
Gastos e perdas de financiamento	14.114	14.990	-876	-5,85%
TOTAL	870.754	875.717	-4.962	-0,57%

* Houve uma redução dos gastos e perdas devido à diminuição de fornecimentos e serviços externos.

1.2. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/24	31/dez/23	Δ Valor	Δ %
Vendas	2.441	25	2.416	9662,40%
Prestações de serviços	137.012	138.520	-1.508	-1,09%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,00%
Subsídios, doações e legados à exploração	717.357	770.646	-53.289	-6,91%
Reversões	0	0	0	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	68.379	74.794	-6.416	-8,58%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	1.322	-1.322	-100,00%
TOTAL	925.188	985.308	-60.120	-6,10%

1.3. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/24	31/dez/23	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	187.963	241.647	-53.684	-22,22%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	68.547	124.581	-56.034	-44,98%
Resultado financeiro	-14.114	-14.990	876	5,85%
Resultado antes de impostos	54.434	109.592	-55.158	-50,33%
Imposto sobre o rendimento do período	2.573	3.813	-1.240	-32,52%
Resultado líquido do período	51.861	105.778	-53.918	-50,97%

1.4. A entidade verificou a seguinte evolução dos fundos patrimoniais:

FUNDO PATRIMONIAL	31/dez/24	31/dez/23	Δ Valor	Δ %
Fundos	0	0	0	0,00%
Excedentes técnicos	0	0	0	0,00%
Reservas	0	0	0	0,00%
Outras reservas	0	0	0	0,00%
Resultados transitados	517.972	412.194	105.778	25,66%
Excedentes de revalorização	0	0	0	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	816.531	864.409	-47.878	-5,54%
Resultado líquido do período	51.861	105.778	-53.918	-50,97%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da atividade

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

4.1. A entidade apresentou a seguinte evolução em termos financeiros:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/24	31/dez/23
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Fundo de capital	0,14	0,23
Endividamento global	Ativo total / Passivo total	8,93	6,26
Solvabilidade	Fundo de capital/ Passivo total	6,94	4,38
Solvabilidade total	Ativo total / Passivo total	8,93	6,26
Autonomia financeira	Fundo de Capital / Ativo	0,78	0,70

4.2. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/24	31/dez/23
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	0,71	0,82
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	0,70	0,82
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	0,51	0,58

5. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.



6. Número e valor nominal das quotas /ações próprias adquiridas e/ou alienadas no exercício, o motivo desses atos e o respetivo preço, bem como das detidas no final do exercício

Tal como, se verificou no quadro da evolução do fundo de capital, a organização não detém quotas próprias.

7. Existência de negócios entre a entidade e a direção

Não existem negócios deste tipo entre a entidade e os seus legais representantes.

8. A existência de sucursais da entidade

A entidade não detém sucursais em território nacional.

9. Proposta de aplicação de resultados

A gerência propõe que o resultado líquido do exercício, seja concretizado em resultados transitados.

10. Agradecimentos

A direção aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.



ANEXO 2024

ÍNDICE DO ANEXO

1) Nota 1 - Identificação da entidade.....	18
2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	18
3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas.....	19
3.1. Moeda funcional e de apresentação	19
3.2. Propriedades de investimento.....	19
3.3. Investimentos financeiros.....	20
3.4. Imposto sobre o rendimento.....	21
3.5. Clientes e outros valores a receber.....	21
3.6. Ativos financeiros detidos para negociação.....	21
3.7. Ativos não correntes detidos para venda.....	21
3.8. Caixa e equivalentes de caixa.....	22
4) Nota 4 - Ativos fixos tangíveis.....	23
5) Nota 5 - Ativos intangíveis.....	24
6) Nota 6 – Custos de empréstimos obtido	25
7) Nota 7 - Inventário e ativos biológicos.....	26
8) Nota 8 – Rendimentos e gastos.....	27
9) Nota 9 – Provisões	31
10) Nota 10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	31
11) Nota 11 – Instrumentos financeiros.....	32
12) Nota 12 – Benefícios de empregados	32
13) Nota 13 – Acontecimentos após a data do balanço.....	32
14) Nota 14 - Agricultura	33
15) Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais.....	33
16) Nota 16 – Outras divulgações	33



Associação da Casa do Povo de Alvaiázere

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

(Valores expressos em euros)

1) Nota 1 - Identificação da entidade

A Entidade Associação da Casa do Povo de Alvaiázere, tem a sua sede em Alvaiázere, com o número de identificação fiscal (NIF) 500919925, com o CAE n.º 94995. A Entidade tem como atividade principal a OUTRAS ACTIVIDADE ASSOCIATIVAS, N.E..

2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2023 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.



e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de Associação da Casa do Povo de Alvaiázere são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.



As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.3. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Entidade, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Entidade tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Entidade nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.



EG.

3.4. Imposto sobre o rendimento

Entidade encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

3.5. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.6. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.7. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com



fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos “investimentos disponíveis para venda” são registados no fundo patrimonial, na rubrica “Reserva de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.9. Fundo social

As ações ordinárias são classificadas em fundo patrimonial.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.



A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

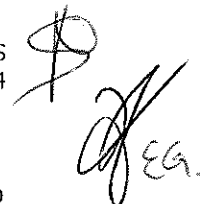
Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4) Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.



As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.


A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2024.

	1/jan/24	Periodo	Transf.	Revaloriz.	31/dez/24
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	3.842	-	-	3.842
Edifícios e outras construções	2.313.190	-	-	-	2.313.190
Equipamento básico	5.268	-	-	-	5.268
Equipamento de transporte	56.070	40.331	-	-	96.401
Equipamento administrativo	71.162	2.654	-	-	73.816
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	4.960	-	-	-	4.960
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	2.450.650	46.827	-	-	2.497.477
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(640.120)	(99.875)	-	-	(739.994)
Equipamento básico	(5.268)	-	-	-	(5.268)
Equipamento de transporte	(24.639)	(19.059)	-	-	(43.698)
Equipamento administrativo	(68.531)	(482)	-	-	(69.013)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(4.960)	-	-	-	(4.960)
Total de depreciações acumuladas	(743.517)	(119.415)	-	-	(862.933)
Total do ativo líquido	1.707.133	(72.589)	-	-	1.634.544

5) Nota 5 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.



As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

6) Nota 6 – Custos de empréstimos obtido

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda.

O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda.

A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.



Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/dez/24		31/dez/23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	118.236	79.080	197.315	79.080
Descobertos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
TOTAL	118.236	79.080	197.315	79.080

Dos empréstimos bancários, 79.080,00€ são dívida ao Banco Montepio e 118.236,00€ são dívida ao Banco Eurobic.

7) Nota 7 - Inventário e ativos biológicos

Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativa o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda do produto no momento da colheita.

Na determinação do justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade, o preço de venda do produto deduzido dos custos da plantação e manutenção e da colheita e transporte e a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que a Entidade espera obter.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período das campanhas, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como proveitos ou gastos operacionais.

No momento da campanha, o produto é valorizado ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2024 e 2023, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	31/dez/24	31/dez/23
Inventário inicial	1.572	-
Compras de inventários e act. biológicos consumíveis	57.063	52.607
Reclassificação e regularização de inventários e act. biológicos consumíveis	-	-
CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(57.014)	(51.035)
Inventário final	1.621	1.572

8) Nota 8 – Rendimentos e gastos

Vendas e serviços prestados:

A decomposição de 2024 e 2023 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31/dez/24	31/dez/23
Vendas de Mercadorias	2.441	25
Prestação de Serviços	137.012	138.520
TOTAL	139.453	138.545

Outros rendimentos:

Os outros rendimentos discriminam-se como:

OUTROS RENDIMENTOS	31/dez/24	31/dez/23
Quotas de Associados	-	-
Rendimentos de Equivalencia Patrimonial	-	-
Outros Rendimentos	68.379	76.117
TOTAL	68.379	76.117

Os outros rendimentos englobam as rendas recebidas do aluguer das salas do edifício sede (16.658,08€) e a imputação de subsídios para investimentos (51.720,62€).



Resultados financeiros:

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2024 e 2023:

RESULTADOS FINANCEIROS	31/dez/24	31/dez/23
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	14.114	2.669
Juros suportados	13.636	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	478	2.669
Resultados financeiros	(14.114)	(2.669)

Fornecimentos e serviços externos:

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/24	31/dez/23
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	24.769	46.917
Trabalhos especializados	11.263	12.607
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e Segurança	-	-
Honorários	473	23.601
Comissões	-	-
Conservação e reparação	13.033	10.709
Outros	-	-
Materials	16.401	22.422
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-	43
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	509	328
Artigos para oferta	376	121
Outros	15.516	21.930
Energia e fluidos	29.283	23.045
Eletricidade	16.908	11.083
Combustíveis	3.657	3.372
Água	5.318	6.575
Outros	3.399	2.015
Deslocações, estadas e transportes	244	252
Deslocações e estadas	244	252
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	21.404	27.680
Rendas e alugueres	-	1.107
Comunicação	2.998	3.574
Seguros	4.968	6.841
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	-	-
Despesas de representação	298	354
Limpeza, higiene e conforto	1.346	3.732
Outros serviços	11.794	12.072
TOTAL	92.100	120.315

- Esta diminuição deve-se ao término do CLDS e da Formação

Despesas com o Programa Nacional para a Reabilitação, IP (IRN) – Colónia de Férias:

Despesas IRN - Colónia de Férias	
Combustíveis	211,75
Deslocações	14,90
Outros Serviços	400,00
Alojamento	2.851,20
Refeições	1.540,00
Pessoal	625,00
TOTAL	5.642,85

Gastos com o pessoal:

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

GASTOS COM O PESSOAL	31/dez/24	31/dez/23
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	482.439	467.063
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	312
Encargos sobre remunerações	97.896	98.455
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5.775	4.249
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com o pessoal	-	-
TOTAL	586.110	570.080

Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Não foram registadas provisões no exercício económico de 2024.

Outros gastos e perdas:

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/24	31/dez/23
Impostos	1.588	1.114
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Donativos	-	924
Quotizações	183	193
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	231	-
Outros gastos e perdas não especificados	-	-
TOTAL	2.001	2.231

Por uma questão de coerência com os quadros a submeter anualmente para a segurança social (OCIP), os donativos passaram a ser contabilizados na conta 75195 – Doações, heranças e legados. Tal alteração foi sugerida por parte da responsável pela análise das contas anuais submetidas.

9) Nota 9 – Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está evidenciado na seguinte tabela:

10) Nota 10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.



A decomposição de 2024 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/24	31/dez/23
Subsídios das entidades públicas	688.586	761.764
Subsídios de outras entidades	24.670	-
Doações e heranças	4.101	8.882
Legados	-	-
TOTAL	717.357	770.646

No quadro abaixo explicamos detalhadamente a decomposição por entidade:

Entidade	Valor
Segurança Social	639.034,42
CACI	226.692,03
Lar Residencial	412.342,39
Município de Alvaiázere	43.475,00
Junta de Freguesia de Alvaiázere	250,00
Colónia de Férias	1.602,03
IEFP	24.669,79
Consignação IRS	4.224,30
Donativos	4.101,00
	717.356,54

11) Nota 11 – Instrumentos financeiros

A entidade não teve operações relacionadas com instrumentos financeiros.

12) Nota 12 – Benefícios de empregados

A entidade não teve operações relacionadas com benefícios de empregados.

13) Nota 13 – Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14) Nota 14 - Agricultura

A entidade não teve operações relacionadas com agricultura.

15) Nota 15 - Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16) Nota 16 – Outras divulgações

Fluxos de caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/24	31/dez/23
Caixa	353	306
Depósitos à ordem	102.384	181.850
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
TOTAL	102.737	182.156

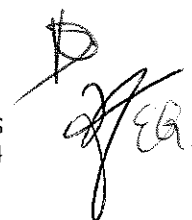
Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2024 e 2023 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/24	31/dez/23
Clientes c/c	10.625	8.872
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	10.625	8.872
Adiantamentos de Clientes	-	-

Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2024 e 2023 apresenta a seguinte decomposição:



FORNECEDORES	31/dez/24	31/dez/23
Fornecedores conta corrente	106.498	210.956
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	106.498	210.956
Adiantamentos a fornecedores	-	-

A Associação durante o ano de 2024, conseguiu amortizar o valor de 104.000,00€ da dívida ao fornecedor ODRAUDE, ficando no final do ano em dívida 100.000,00€. A título informativo no ano de 2025 foram amortizados até à data 21 de março o valor de 10.000,00€, estando a dívida atualmente em 90.000,00€. O valor restante da rubrica de Fornecedores conta corrente são referentes a despesas correntes da entidade.

Estado e outros entes públicos

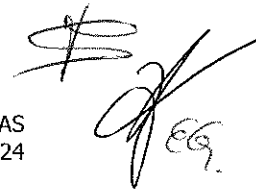
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/24	31/dez/23
Ativo	4.281	3.442
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	2.573	3.442
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.708	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(19.923)	(18.564)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(2.573)	(3.813)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(2.114)	(1.653)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(15.236)	(13.098)
Outros impostos e taxas	-	-
TOTAL	(15.643)	(15.122)

Foi feita a submissão do pedido de reembolso de 50% do IVA das despesas de alimentação e ativos tangíveis obedecendo aos limites aplicáveis pelo Estado.

DECRETO-LEI N.º 84/2017, DE 21 DE JULHO

O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 84/2017 refere que são objeto de restituição «o montante equivalente ao IVA suportado nas aquisições internas, nas importações e nas aquisições intracomunitárias, cujo valor por fatura seja igual ou superior aos seguintes montantes (...)», que no caso das IPSS foram atualizados para:



- 1 000 euros com exclusão do IVA para a construção, manutenção e conservação de imóveis utilizados, total ou predominantemente na prossecução dos fins estatutários;
- 100 euros com exclusão do IVA para os elementos do ativo fixo tangível sujeitos a depreciação, utilizados para fins estatutários, com exceção de veículos e respetivas reparações, e cujo valor global durante o exercício não seja superior a 10 000 euros, com exclusão do IVA;
- Sem qualquer limite para aquisição de bens e serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas.

O montante do IVA a restituir corresponde a 50 por cento do valor equivalente ao IVA suportado nas despesas acima indicadas.

Associados e Membros

A decomposição de 2024 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

ASSOCIADOS/MEMBROS	31/dez/24	31/dez/23
Fundadores	-	-
Doadores	-	-
Patrocinadores	-	-
Assoaciados/Membros-Saldos Devedores	-	-
Assoaciados/Membros-Saldos Duvidosos	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	0	0
Assoaciados/Membros-Saldos Credores	0	0
Lucros disponíveis	-	-
Empréstimos concedidos - Fund./Associados/Membros	-	-
Outras operações	-	-
Total:	-	-

Resultados transitados

Por decisão da assembleia geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

Entidades relacionadas

A entidade não participa em qualquer entidade.

